

Alerta Legislação nº 29, de 13 a 18 jul. 2026

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal
<u>LEI Nº 15.468, DE 13 DE JULHO DE 2026</u> Altera o art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir educação política e direitos da cidadania como componente curricular obrigatório da educação básica. <u>LEI Nº 15.467, DE 13 DE JULHO DE 2026</u> Institui a Semana Nacional da Ética e da Cidadania.
Prefeitura de São Paulo
<u>LEI Nº 18.524, DE 16 DE JULHO DE 2026</u> (Projeto de Lei nº 299/26, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo) Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2027. <u>LEI Nº 18.511, DE 8 DE JULHO DE 2026</u> (Projeto de Lei nº 226/25, dos Vereadores...) Dispõe sobre diretrizes para a elaboração da Política Municipal de Adaptação Climática na Rede Municipal de Ensino do Município de São Paulo.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
D. O. U.	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
17/07/2026	<u>LEI Nº 15.470, DE 16 DE JULHO DE 2026</u> Institui a Semana Nacional da Saúde Vascular. <u>DECRETO Nº 13.072, DE 16 DE JULHO DE 2026</u> Promulga o texto atualizado da Convenção Internacional sobre Padrões de Instrução, Certificação e Serviço de Quarto para Marítimos, incluídos o Anexo e a Parte A do respectivo Código, em conformidade com as Emendas de Manila, adotadas pela Organização Marítima Internacional em 25 de junho de 2010.

	<u>DECRETO Nº 13.071, DE 16 DE JULHO DE 2026</u> Promulga o Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, firmado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009. <u>DECRETO Nº 13.070, DE 16 DE JULHO DE 2026</u> Promulga o Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República do Equador e o Governo da República Federativa do Brasil, firmado em Quito, em 2 de maio de 2013. <u>DECRETO Nº 13.069, DE 16 DE JULHO DE 2026</u> Promulga o Acordo Relativo ao Trânsito dos Serviços Aéreos Internacionais, firmado pela República Federativa do Brasil, em Chicago, em 7 de dezembro de 1944.
16/07/2026 (Ed. extra)	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.377, DE 16 DE JULHO DE 2026</u> Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura e Pecuária, da Advocacia-Geral da União, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 13.285.000.000,00, para os fins que especifica.
16/07/2026	<u>DECRETO Nº 13.066, DE 15 DE JULHO DE 2026</u> Dispõe sobre as indicações para a composição da Delegação Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional. <u>DECRETO Nº 13.065, DE 15 DE JULHO DE 2026</u> Altera o Decreto nº 10.615, de 29 de janeiro de 2021, que dispõe sobre o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, e regulamenta o art. 3º da Lei nº 14.968, de 11 de setembro de 2024, para dispor sobre o Programa Brasil Semicondutores.
15/07/2026 (Ed. extra)	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.376, DE 15 DE JULHO DE 2026</u> Autoriza a criação de linhas de crédito para composição de dívidas para liquidação ou amortização de operações de crédito rural e de Cédulas de Produto Rural e autoriza a participação da União em fundo garantidor destinado à cobertura de operações de crédito rural contratadas por produtores rurais afetados por eventos climáticos adversos. <u>LEI Nº 15.469, DE 15 DE JULHO DE 2026</u> Institui o Dia Nacional da Capoeira. (...) Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional da Capoeira, a ser comemorado, anualmente, no dia 15 de julho, em todo o território nacional. (...)
14/07/2026	<u>LEI Nº 15.468, DE 13 DE JULHO DE 2026</u>

	Altera o art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir educação política e direitos da cidadania como componente curricular obrigatório da educação básica. <u>LEI Nº 15.467, DE 13 DE JULHO DE 2026</u> Institui a Semana Nacional da Ética e da Cidadania.
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 67, DE 2026</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.365, de 3 de junho de 2026, publicada no Diário Oficial da União no dia 8, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.000.000.000,00, para o fim que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Brasília, 16 de julho de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 66, DE 2026</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.364, de 1º de junho de 2026, publicada no Diário Oficial da União no dia 2, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no valor de R\$ 49.200.000,00, para o fim que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Brasília, 16 de julho de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 65, DE 2026</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.363, de 30 de maio de 2026, publicada, em edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Autoriza a concessão de subvenção econômica aos produtores e importadores de óleo diesel de uso rodoviário no País, no valor de R\$ 1,12 (um real e doze centavos) por litro comercializado, com o objetivo de estabilizar preço e oferta, de modo a garantir o abastecimento nacional do referido combustível, em decorrência do choque de oferta derivado do conflito bélico no Oriente Médio", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Brasília, 16 de julho de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional

	<u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 64, DE 2026</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.362, de 25 de maio de 2026, publicada no Diário Oficial da União no dia 26, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 30.000.000.000,00, para o fim que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Brasília, 16 de julho de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 63, DE 2026</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 1.341, de 12 de março de 2026, que "Dispõe sobre o prazo de isenção, redução ou suspensão de tributos previstos nos regimes aduaneiros especiais de <i>drawback</i> no caso de importação de cacau", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 09 de julho de 2026. Brasília, 16 de julho de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 62, DE 2026</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 1.340, de 12 de março de 2026, que "Autoriza a concessão de subvenção econômica à comercialização de óleo diesel de uso rodoviário no território nacional por produtores e importadores de óleo diesel, dispõe sobre o imposto de exportação sobre óleo diesel e altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 9 de julho de 2026. Brasília, 16 de julho de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	CASA CIVIL (CCPR) → Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento <u>RESOLUÇÃO CGPAC Nº 14, DE 14 DE JULHO DE 2026</u> Discrimina ações para compor o Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC e define ações a serem executadas por meio de transferência obrigatória. GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (GSI)

	<u>PORTARIA GSI/PR Nº 165, DE 15 DE JULHO DE 2026</u> Aprova o Estandarte, o Brasão e o Talabarte do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (SECOM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SECOM/PR Nº 14, DE 14 DE JULHO DE 2026</u> Altera a Instrução Normativa nº 2, de 23 de dezembro de 2019, que disciplina o patrocínio dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares.
Ministério da Agricultura e Pecuária	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MAPA Nº 935, DE 13 DE JULHO DE 2026</u> Estabelece o padrão de identidade e de qualidade dos óleos refinados de algodão, canola, girassol, milho e soja.
Ministério da Educação	CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) – Câmara de Educação Básica (CEB) <u>RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 4, DE 14 DE JULHO DE 2026</u> Institui os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Integral em Tempo Integral. <u>RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 3, DE 10 DE JULHO DE 2026</u> Institui as Diretrizes Nacionais para assegurar a continuidade educativa em contextos de crise e interrupções que afetem o cumprimento do calendário escolar, visando à garantia do direito à educação, em observância aos requisitos mínimos obrigatórios de efetivo trabalho escolar, de duzentos dias, previsto na <u>Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996</u>.
Ministério da Fazenda	CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN) <u>RESOLUÇÃO CMN Nº 5.329, DE 14 DE JULHO DE 2026</u> Define os encargos financeiros para financiamentos rurais com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, de que trata a Seção 8 (Fundos Constitucionais de Financiamento) do Capítulo 7 (Encargos Financeiros e Limites de Crédito), e ajusta normas da Seção 4-A (Metodologia de cálculo das Taxas de Juros Rurais dos Fundos Constitucionais de Financiamento - TRFC) do Capítulo 2 (Condições Básicas) do Manual de Crédito Rural. PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL <u>PORTARIA PGFN/MF/Nº 2.093, DE 14 DE JULHO DE 2026</u> Dispõe sobre a negociação de créditos inscritos em dívida ativa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e das Contribuições Sociais instituídas pela <u>Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001</u>, administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e dá outras providências. <u>PORTARIA PGFN/MF Nº 2.061, DE 10 DE JULHO DE 2026</u> Dispõe sobre o regime de cooperação para a modernização e o incremento da recuperação de créditos inscritos em dívida ativa dos entes federados, autarquias profissionais e conselhos de classe, mediante o compartilhamento de soluções digitais e inteligência institucional da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

	SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.336, DE 14 DE JULHO DE 2026</u> Dispõe sobre a restituição automática do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2025, ano-calendário de 2024. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.335, DE 13 DE JULHO DE 2026</u> Aprova modelos de declarações a serem fornecidas por entidades sem fins lucrativos nas hipóteses que especifica.
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA CONJUNTA MGI/CGU Nº 44, DE 8 DE JULHO DE 2026</u> Institui o Comitê Gestor do Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação e a Semana de Mobilização para a Prevenção e o Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MJSP Nº 1.258, DE 13 DE JULHO DE 2026</u> Institui o Comitê Estratégico do Programa Brasil contra o Crime Organizado e dispõe sobre sua articulação com o Sistema de Governança do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.
Ministério da Previdência Social	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MPS Nº 1.092, DE 13 DE JULHO DE 2026</u> Estabelece, para o mês de julho de 2026, os fatores de atualização dos pecúlios, das parcelas de benefícios pagos em atraso e dos salários de contribuição para cálculo da renda mensal inicial dos benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS <u>PORTARIA CONJUNTA PRES/INSS/SRGPS/MPS Nº 66, DE 14 DE JULHO DE 2026</u> Estabelece o instrumento a ser utilizado para avaliação da pessoa com deficiência em atendimento aos requerimentos de pensão por morte e auxílio-reclusão, até que seja aprovado o instrumento específico para a avaliação biopsicossocial. SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR <u>PORTARIA SRPC/MPS Nº 1.109, DE 15 DE JULHO DE 2026</u> Altera a Portaria SRPC/MPS nº 2.024, de 15 de outubro de 2025, para estabelecer procedimentos de análises de termos de acordos de parcelamento relativos aos Regimes Próprios de Previdência Social.

Ministério da Saúde	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Diretoria Colegiada (DC) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA ANVISA Nº 458, DE 9 DE JULHO DE 2026</u> Aprova a Lista de formas de administração (formas farmacêuticas de liberação convencional) e de analitos a serem quantificados nos estudos de biodisponibilidade relativa/bioequivalência (BD/BE) e nos estudos farmacocinéticos. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA ANVISA Nº 457, DE 9 DE JULHO DE 2026</u> Dispõe, nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 945, de 29 de novembro de 2024, sobre os critérios para a protocolização dos documentos que compõem o Dossiê do Produto sob Investigação (DPI) ou <i>Investigational Medicinal Product Dossier</i> (IMPD) do processo de Dossiê de Desenvolvimento Clínico do Medicamento (DDCM) ou da petição de modificação substancial ao produto sob investigação. <u>RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA ANVISA Nº 1.036, DE 9 DE JULHO DE 2026</u> Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998. → 4ª Diretoria → → Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 2.822, DE 16 DE JULHO DE 2026</u> (...) Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO. (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 2.821, DE 16 DE JULHO DE 2026</u> (...) Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO. (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 2.820, DE 16 DE JULHO DE 2026</u> (...) Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO. (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 2.783, DE 15 DE JULHO DE 2026</u> (...) Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO. (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 2.779, DE 15 DE JULHO DE 2026</u> (...) Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO. (...)
Ministério das Relações Exteriores	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MRE Nº 684, DE 14 DE JULHO DE 2026</u> Dispõe sobre procedimentos simplificados e eletrônicos para a concessão de vistos temporários e de visita no contexto da realização da Copa do Mundo Feminina da <i>Fédération Internationale</i>

	de Football Association (FIFA) 2027 na República Federativa do Brasil.
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SESAN/MDS Nº 75, DE 16 DE JULHO DE 2026</u> Regulamenta o procedimento de comprovação da produção e oferta de refeições por cozinhas solidárias e Entidades Gestoras no âmbito das parcerias formalizadas no Programa Cozinha Solidária, via Edital de Chamamento Público nº 01/2026.
Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MPO Nº 299, DE 15 DE JULHO DE 2026</u> (*) Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 61.764.238,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. (*) N. da Codou: Republicada por ter saído no DOU de 16/07/2026, edição extra nº 132-A, Seção 1, pág. 1, com omissão. <u>PORTARIA GM/MPO Nº 296, DE 14 DE JULHO DE 2026</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Integração e do Desenvolvimento Regional; e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R\$ 60.948.772,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM) <u>RESOLUÇÃO CFM Nº 2.464, DE 2 DE JULHO DE 2026</u> Regulamenta o uso de plasma rico em plaquetas como procedimento médico adjuvante no tratamento de condições osteomusculares específicas e dá outras providências.
SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO	
PUBLICAÇÃO DOE-SP	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
15/07/2026	<u>DECRETO Nº 70.757, DE 14 DE JULHO DE 2026</u> Transfere os cargos e as funções-atividades que especifica e dá providências correlatas. <u>DECRETO Nº 70.756, DE 14 DE JULHO DE 2026</u> Altera o <u>Decreto nº 69.182, de 18 de dezembro de 2024</u> , que aprova a Estrutura Organizacional e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria da Fazenda e Planejamento. <u>DECRETO Nº 70.755, DE 14 DE JULHO DE 2026</u>

	Altera o Decreto nº 69.052, de 14 de novembro de 2024, que aprova a Estrutura Organizacional e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Gestão e Governo Digital.
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Secretaria da Educação (SEDUC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 77, DE 16 DE JULHO DE 2026</u> Dispõe sobre as normas para adesão, repasse, execução e prestação de contas do Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista – PDDE Paulista e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 76, DE 16 DE JULHO DE 2026</u> Altera o artigo 1º e o Anexo da Resolução SE nº 13, de 24 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o repasse de valores destinados ao transporte de estudantes com Transtorno do Espectro Autista – TEA <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 75, DE 16 DE JULHO DE 2026</u> Institui o programa Diretor “Trainee” na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – SEDUC <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 74, DE 16 DE JULHO DE 2026</u> Dispõe sobre a iniciativa Futuro Docente, voltada à gestão de estágios em unidades da rede pública estadual de ensino, e dá providências correlatas
Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP-19, DE 14-07-2026</u> Dispõe sobre a realização obrigatória da capacitação no Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo – SEI/SP pelos servidores da Secretaria da Fazenda e Planejamento e dá providências correlatas.
Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SGGD Nº 31, DE 13-07-2026</u> Dispõe sobre o cadastramento anual obrigatório dos beneficiários de complementação de aposentadoria e pensões da Administração Direta, Autárquica e Fundacional realizado no mês de aniversário, e disciplina os respectivos procedimentos.
Ministério Público do Estado (MPE)	GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA (PGJ) <u>RESOLUÇÃO Nº 2.334/2026-PGJ, DE 14 DE JULHO DE 2026</u> Fixa o valor da bolsa mensal devida aos Estagiários do Ministério Público e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO Nº 2.332/2026-PGJ, DE 8 DE JULHO DE 2026</u> Regulamenta a cooperação entre o Ministério Público Eleitoral, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado

	(GAECO) e o Núcleo de Inteligência e Gestão de Conhecimento (NIGC), com vistas ao aprimoramento da prevenção e repressão à influência de organizações criminosas no processo eleitoral, e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO Nº 2.331/2026-PGJ, DE 8 DE JULHO DE 2026V</u> Dispõe sobre os Núcleos de Incentivo em Práticas Autocompositivas Multidisciplinares - NUIPAs Multidisciplinares, e dá outras providências.
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
17/07/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 736/2026, DE 17/07/2026</u> Proíbe a veiculação de publicidade de apostas de quota fixa e demais modalidades de apostas no âmbito do Estado de São Paulo e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 735/2026, DE 17/07/2026</u> Dispõe sobre a vedação da publicidade de apostas de quota fixa e demais modalidades de apostas em bens públicos estaduais, estabelecimentos sujeitos ao poder de polícia do Estado e eventos apoiados pelo Poder Público Estadual, e dá outras providências.
16/07/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 734/2026, DE 16/07/2026</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sanitários específicos para pessoas transgênero e não binárias, proíbe a instalação de mictórios em banheiros femininos e estabelece normas de segurança e privacidade nos órgãos públicos e estabelecimentos privados no Estado de São Paulo. <u>PROJETO DE LEI Nº 733/2026, DE 16/07/2026</u> Dispõe sobre a instalação de câmeras de monitoramento de segurança em escolas de educação infantil, creches, berçários e entidades congêneres, públicas e privadas, no Estado de São Paulo, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 730/2026, DE 16/07/2026</u> Proíbe a utilização de óculos, acessórios vestíveis e dispositivos de captura oculta de imagem ou som no interior de consultórios e salas de atendimento em saúde por profissionais da saúde, estabelece medidas de proteção à privacidade e aos dados pessoais e penalidades agravadas nas hipóteses que envolvam crianças, adolescentes, mulheres e pessoas idosas, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 729/2026, DE 16/07/2026</u> Dispõe sobre os princípios regedores dos direitos animais e estabelece medidas administrativas de prevenção e repressão a condutas lesivas contra animais. <u>PROJETO DE LEI Nº 728/2026, DE 16/07/2026</u>

	Cria os Espaços Internos de Embarque e Desembarque Escolar para transportes escolares nas unidades de ensino públicas e privadas do Estado de São Paulo e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 727/2026, DE 16/07/2026</u> Altera a Lei nº 11.977, de 25 de agosto de 2005, que institui o Código de Proteção aos Animais do Estado e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 726/2026, DE 16/07/2026</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade de oferta de mecanismo de autenticação em dois fatores com validação por pessoa de confiança para clientes idosos.
15/07/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 724/2026, DE 15/07/2026</u> Torna obrigatório o uso de capacetes para condutores e passageiros de bicicletas elétricas e motorizadas e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 723/2026, DE 15/07/2026</u> Institui o Programa Estadual de Apoio ao Menor (PROAM), no âmbito do Estado de São Paulo, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 722/2026, DE 15/07/2026</u> Autoriza o Poder Executivo do Estado de São Paulo a instituir o Programa Contato Zero, destinado ao investimento em tecnologia para eliminar o contato físico direto entre policiais penais e presos nas unidades prisionais paulistas, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 721/2026, DE 15/07/2026</u> Institui diretrizes para a Política Estadual de Estímulo à Conectividade Rural e à Inovação Tecnológica no Meio Rural do Estado de São Paulo, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 720/2026, DE 15/07/2026</u> Institui as diretrizes para a consolidação do Cadastro Estadual de Estradas Rurais Estratégicas – CEERE, destinado ao mapeamento dos corredores prioritários de escoamento da produção agropecuária e ao planejamento da infraestrutura logística rural no Estado de São Paulo. <u>PROJETO DE LEI Nº 719/2026, DE 15/07/2026</u> Dispõe sobre normas gerais de segurança para a utilização, circulação, guarda e recarga de veículos de micromobilidade elétrica em condomínios residenciais no Estado de São Paulo e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 718/2026, DE 15/07/2026</u> Autoriza o Poder Executivo a conceder abatimento integral, no valor do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), dos valores pagos pelo contribuinte a pedágios no Estado de São Paulo. <u>PROJETO DE LEI Nº 714/2026, DE 15/07/2026</u> Autoriza o Poder Executivo a adotar medidas para aprimorar a oferta de alimentação escolar aos estudantes dos Centros Estaduais

	de Educação de Jovens e Adultos — CEEJAs, no âmbito da rede pública estadual de ensino. <u>PROJETO DE LEI Nº 713/2026, DE 15/07/2026</u> Assegura gratuidade nos serviços de transporte coletivo público de passageiros sobre trilhos aos trabalhadores que atuam direta ou indiretamente nos sistemas metroviário, ferroviário e metroferroviário do Estado de São Paulo, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 702/2026, DE 15/07/2026</u> Veda a exigência de renovação periódica de laudo ou relatório médico que ateste deficiência visual permanente, para fins de acesso, manutenção, renovação e exercício de direitos, benefícios, programas, serviços e políticas públicas no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo. <u>PROJETO DE LEI Nº 701/2026, DE 15/07/2026</u> Dispõe sobre a proteção dos direitos fundamentais das mulheres, das crianças e das minorias, bem como da vedação à promoção e aplicação do conjunto de normas e práticas que compõem o que é conhecido como lei da Sharia no âmbito do Estado de São Paulo. <u>PROJETO DE LEI Nº 698/2026, DE 15/07/2026</u> Autoriza o Poder Executivo a instituir regime especial de incentivos fiscais para a cadeia produtiva da vitivinicultura e do enoturismo no Estado de São Paulo e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 697/2026, DE 15/07/2026</u> Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a implantação de curso técnico e/ou tecnológico voltado ao Enoturismo e à Vitivinicultura no Município de Espírito Santo do Pinhal, por meio do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). <u>PROJETO DE LEI Nº 696/2026, DE 15/07/2026</u> Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a implantação de curso técnico e/ou tecnológico voltado ao Enoturismo e à Vitivinicultura no Município de Santo Antônio do Pinhal, por meio do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). <u>PROJETO DE LEI Nº 695/2026, DE 15/07/2026</u> Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a implantação de curso técnico e/ou tecnológico voltado ao Enoturismo e à Vitivinicultura no Município de São Roque, por meio do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). <u>PROJETO DE LEI Nº 694/2026, DE 15/07/2026</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade de sistema de consulta eletrônica ao registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) dos médicos em atividade nos estabelecimentos hospitalares públicos e privados do Estado de São Paulo, e dá outras providências.
14/07/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 691/2026, DE 14/07/2026</u> Reconhece o rodeio, a vaquejada e as modalidades esportivas equestres como patrimônio cultural imaterial do Estado, dispõe sobre as modalidades esportivas equestres tradicionais; altera a Lei nº 10.359, de 30 de agosto de 1999, para dispor sobre normas de

	bem-estar animal; altera a Lei nº 11.977, de 25 de agosto de 2005; e declara a cultura tropeira e a tradição da Catira como patrimônio imaterial paulista. <u>PROJETO DE LEI Nº 690/2026, DE 14/07/2026</u> Institui, no âmbito do Estado de São Paulo, o Programa "Casamento <i>Pet Friendly</i>", destinado a incentivar a participação simbólica de animais de estimação nas cerimônias de casamento civil, observadas a legislação federal e as normas aplicáveis aos serviços de registro civil, e dá outras providências.
13/07/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 687/2026, DE 13/07/2026</u> Dispõe sobre os princípios e as diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas estaduais voltadas à efetivação do direito de crianças e adolescentes à Natureza e ao brincar livre no âmbito do Estado de São Paulo, e dá outras providências.
Publicação TCE	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)
16/07/2026	COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 37/2026</u> Guia sobre educação especial no Censo Escolar
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
17/07/2026	<u>LEI Nº 18.524, DE 16 DE JULHO DE 2026</u> (Projeto de Lei nº 299/26, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo) Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2027.
16/07/2026	<u>LEI Nº 18.523, DE 15 DE JULHO DE 2026</u> (Projeto de Lei nº 388/26, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo) Dispõe sobre a revalorização das Tabelas do Regime de Remuneração por Subsídio do Quadro Técnico da Guarda Civil Metropolitana, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 65.331, DE 15 DE JULHO DE 2026</u> Cria e denomina o Parque Municipal Recreio de Parelheiros, situado no Distrito de Parelheiros, Subprefeitura de Parelheiros. <u>DECRETO Nº 65.329, DE 15 DE JULHO DE 2026</u> Cria e denomina o Parque Municipal Morro Grande, situado no Distrito de Freguesia do Ó, Subprefeitura de Freguesia/Brasilândia.

13/07/2026	<u>LEI Nº 18.513, DE 8 DE JULHO DE 2026</u> (Projeto de Lei nº 183/26, dos Vereadores Roberto Trípoli – PV, Dr. Murillo Lima – PP, Silvinho Leite – UNIÃO e Simone Ganem – PODEMOS) Dispõe sobre a ampliação e descentralização do atendimento médico veterinário público oferecido a cães e gatos no Município de São Paulo. <u>LEI Nº 18.511, DE 8 DE JULHO DE 2026</u> (Projeto de Lei nº 226/25, dos Vereadores...) Dispõe sobre diretrizes para a elaboração da Política Municipal de Adaptação Climática na Rede Municipal de Ensino do Município de São Paulo.
--------------------------	---

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: <https://www.doe.sp.gov.br/>

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti

mconti@sp.gov.br

Fernanda Vieira Cunha Schvanz

fschvanz@sp.gov.br

Márcia Santos de Oliveira

msoliveira@sp.gov.br

Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>